Presidência

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 146, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

Altera a Portaria Presidência nº 136/2023, que institui Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando os termos do processo SEI nº 04891/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 2º da Portaria Presidência nº 136/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- Art. 2°.....
- I Renata Gil de Alcântara Videira, Conselheira do CNJ, que o coordenará;
- II Daiane Nogueira de Lira, Conselheira do CNJ;
- III Mônica Autran Machado Nobre, Conselheira do CNJ;
- IV Daniela Pereira Madeira, Conselheira do CNJ;
- V Adriana Alves dos Santos Cruz, Secretária-Geral do CNJ;
- VI Maria Domitila Prado Manssur, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, subcoordenadora, que atuará em substituição à coordenadora em suas ausências;
- VII Julianne Marques, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, subcoordenadora, que atuará em substituição à coordenadora em suas ausências;
- VIII Adriana Franco Melo Machado, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ;
- IX Luciana Lopes Rocha, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ;
- X Maria Elizabeth Guimarães Rocha, Ministra do Superior Tribunal Militar, que será representada por Bárbara Lívio, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em suas ausências;
- XI Therezinha Cazerta, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;
- XII Daisy Maria de Andrade Costa Pereira, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco;
- XIII Mara Lina Silva do Carmo, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região;
- XIV Bruno José Perusso, Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;
- XV Patrícia Maeda, Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Juíza Auxiliar do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- XVI Safira Maria de Figueiredo, Juíza Federal da Justiça Militar da União;
- XVII Maria Paula Cassone Rossi, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- XVIII Tânia Mara Guirro, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;
- XIX Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:
- XX Celina Ribeiro Coelho da Silva, servidora do CNJ;
- $XXI-Raquel\ Wanderley,\ servidora\ do\ CNJ;$
- XXII Meg Gomes, servidora do CNJ. (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Luís Roberto Barroso

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 175, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

Atualiza a composição de colegiados do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) , no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando os termos do processo SEI nº 09499/2022,	
RESOLVE:	
	i, que cria o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga (Fontet), passa a vigorar com as seguintes alterações:
	Art. 2°
	II – Guilherme Guimarães Feliciano, Conselheiro do CNJ; (NR)
Art. 2º A Portaria Presidência nº 6/2016, que institui o Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
	Art. 2 ⁰
	I – Guilherme Guimarães Feliciano, Conselheiro do CNJ, que o coordenará;
	II – Guilherme Augusto Caputo Bastos, Conselheiro do CNJ, como coordenador adjunto;
	XI – Pablo Coutinho Barreto, Conselheiro do CNJ;
	XIII – Alexandre Teixeira, Conselheiro do CNJ, que substituirá o coordenador e o coordenador adjunto em suas ausências e impedimentos; (NR)
Art. 3º A Portaria Presidência nº 18/2016, que institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, passa a vigorar com a seguinte alteração:	
	ANEXO DA PORTARIA 18, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016
	I – Guilherme Guimarães Feliciano, Conselheiro do CNJ; (NR)
	020, que institui Comitê Gestor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (CGLGPD) no âmbito do ras providências, passa a vigorar com a seguinte alteração:
	Art. 2°
	XVI – Guilherme Guimarães Feliciano, Conselheiro do CNJ. (NR)

Art. 5º Portaria Presidência nº 245/2020, que altera a composição do Comitê Organizador do Fórum Nacional do Poder Judiciário para

monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde (Fonajus), passa a vigorar com a seguinte alteração: